

Alerta Legislação, nº 03, de 14 a 19 jan. 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013**

Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as [Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002](#), [12.111, de 9 de dezembro de 2009](#), [9.648, de 27 de maio de 1998](#), [9.427, de 26 de dezembro de 1996](#), e [10.848, de 15 de março de 2004](#); revoga dispositivo da [Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993](#); e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

■ **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.195, DE 17 DE JANEIRO DE 2013**

Transforma o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN em autarquia, e dá providências correlatas

D.O.E., Seção I, 18/01/2013, p. 1

■ **LEI Nº 14.945, DE 14 DE JANEIRO DE 2013**

Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela [Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007](#)

■ **DECRETO Nº 58.850, DE 18 DE JANEIRO DE 2013**

Cria e organiza, no Gabinete do Governador, a Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, transfere as unidades que especifica e dá providências correlatas

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/01/2013	<p><u>DECRETO Nº 7.889, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Institui a Comissão Interministerial de Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIA-PAC, regulamenta o art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 7.888, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de</p>

	<p>mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.</p>
<p>15/01/2013</p>	<p><u>LEI Nº 12.788, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI; e altera as Leis [...]</p> <p><u>RETIFICAÇÕES</u> <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 602, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e dá outras providências. (Publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2012, Seção 1) Onde se lê: "Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação." Leia-se: "Art. 4º A Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 31 de dezembro de 2014, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União. " (NR) Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º Fica revogado o art. 7º da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011."</p>
<p>14/01/2013</p>	<p><u>LEI Nº 12.787, DE 11 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>

<p style="text-align: center;">Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MMA Nº 25-A, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Criar Grupo de Trabalho Interministerial dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, com a finalidade de estabelecer linhas de atuação, conjunta ou complementar, no que se refere à gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos no meio rural, propondo estratégias, linhas de ação e escalas de atuação, priorizando os seguintes temas: [...]</p>
<p style="text-align: center;">Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Criar a modalidade de bolsa Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior (DTE) e extinguir a modalidade de bolsa Treinamento no Exterior (SPE). [...] http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/515690</p> <p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 35, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Institui Comissão Técnica Interministerial de Ciência, Tecnologia e Inovação em Pesca e Aquicultura - CTPA, com a finalidade de estabelecer cooperação técnica e científica.</p>
<p style="text-align: center;">Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 98, DE 10 DE JANEIRO DE 2013</u> Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2014.</p>
<p style="text-align: center;">Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 18, DE 10 DE JANEIRO DE 2013</u> Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho acadêmico e para a verificação quanto ao cumprimento dos requisitos de titulação necessários para a progressão funcional por desempenho acadêmico e por titulação dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o art. 120 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 9, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam estabelecidos para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, a ser realizado via Internet em todo o território nacional, as seguintes datas e respectivos responsáveis [...]</p> <p>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de</p>

	<p>graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior citadas [...]</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Disciplina os procedimentos para os processos de mudança de local de oferta de cursos superiores, na modalidade presencial, oferecidos por Instituições de Educação Superior (IES) sem autonomia universitária do Sistema Federal de Ensino.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.581, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera o prazo previsto no Documento 5-A do Manual de Crédito Rural (MCR), para o envio da primeira remessa de arquivos contendo campos dinâmicos.</p> <p>CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF) <u>RESOLUÇÃO Nº 25, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo ou de alto valor ou intermedeiem a sua comercialização, na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3.3.1998.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas pessoas físicas ou jurídicas não submetidas à regulação de órgão próprio regulador que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência, na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3.3.1998.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Inclui novo serviço no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) com permissão de acesso por meio de código de acesso.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.322, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u></p>

	<p>Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.312, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os preços a serem praticados nas operações de compra e de venda de bens, serviços ou direitos efetuadas por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, consideradas vinculadas.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.321, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação para o ano-calendário de 2012.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.320, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa SRF nº 386, de 14 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o regime aduaneiro de depósito especial.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.319, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof)</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.318, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a utilização de formulário de declaração simplificada de importação, no caso em que especifica.</p> <p>SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN) <u>PORTARIA Nº 26, DE 17 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Divulgar a Receita Corrente Líquida - RCL dos últimos doze meses, referente ao 3º quadrimestre de 2012, elaborada nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com a Portaria nº 407, de 20 de junho de 2011, da STN. [...]</p> <p>SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) <u>CIRCULAR Nº 460, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Estabelece normas sobre a distribuição, a cessão, a subscrição e a publicidade na comercialização de títulos de capitalização, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Integração Nacional (MI)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 11, DE 17 DE JANEIRO DE 2013</u> Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) <u>PORTARIA Nº 3.258, DE 2 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Portaria nº 3.233-DG/DPF de 10 de dezembro de 2012,* publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2012. *Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de</p>

	<p><i>Segurança Privada.</i></p> <p>DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN) <u>PORTARIA Nº 12, DE 2 DE JANEIRO DE 2013</u> Tornar pública a necessidade, procedimentos e critérios para apresentação de diagnósticos prévios, para a finalidade de obtenção de recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN no exercício de 2013, referentes à temática de Apoio ao Trabalho e Renda e Capacitação Profissional para presos, internados e egressos do sistema penitenciário, voltados à execução dos "Projetos de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes - PROCAPs".</p> <p><u>PORTARIA Nº 8, DE 2 DE JANEIRO DE 2013</u> Tornar pública a necessidade, procedimentos e critérios para apresentação de diagnósticos prévios, para a finalidade de obtenção de recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN no exercício de 2013, referentes à temática de Apoio à Assistência à Saúde para presos, internados e egressos do sistema penitenciário, voltados à execução dos "Projetos de Aquisição de Equipamentos para Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil".</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 21, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008; a Portaria MPS/GM nº 402, de 10 de dezembro de 2008; e a Portaria MPS/GM nº 403, de 10 de dezembro de 2008.</p> <p><u>PORTARIA Nº 16, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer que, para o mês de janeiro de 2013, os fatores de atualização: [...] Art. 4º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação". [...]</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA Nº 32, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Reabre os trabalhos do Grupo Técnico da Anvisa instituído por meio da portaria nº 1.538, de 09 de novembro de 2012 e amplia a composição do Grupo</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa nº. 07 de 16 de dezembro de 2011 que dispõe sobre o cronograma e procedimentos para credenciamento de farmácias e drogarias privadas referentes à escrituração dos medicamentos e substâncias contendo antimicrobianos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC). [...] fiscalização das atividades de pesquisa com organismos geneticamente modificados [...]</p> <p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 53, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u></p>

	<p>Estabelece diretrizes para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e fixa prazos para registro e homologação de informações, em observância ao art. 39 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e ao Capítulo I do Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 22, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Institui os prazos para o envio da base de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB), referente às competências de janeiro a dezembro de 2013.</p> <p>SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Altera na Tabela de Serviço Especializado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o Serviço 106 - Serviço de Atenção a DST/HIV/Aids, e institui o Regulamento de Serviços de Atenção às DST/HIV/Aids, que define suas modalidades, classificação, organização das estruturas e o funcionamento.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCid)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 18, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Tornar pública a transferência do empreendimento de mobilidade urbana denominado Implementação do Monotrilho de Manaus (Monotrilho Norte/Centro), selecionado no Programa PRÓ-TRANSPORTE, da condição de vinculado à Copa do Mundo FIFA 2014 para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.</p> <p><u>PORTARIA Nº 16, DE 15 DE JANEIRO DE 2012</u> Altera os Anexos I, II, III e IV da Portaria nº 331, de 24 de julho de 2012, que estabelece calendários para contratação de operações de crédito e formalização dos termos de compromisso, relativos a propostas selecionadas no âmbito do PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) <u>PROGRAMA EXECUTIVO</u> RELATIVO AO ACORDO BÁSICO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (PCT) "GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA - INTERÁGUAS"</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 532, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Disciplina a constituição de garantias pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 531, DE 21 DE DEZEMBRO</u></p>

	<p><u>DE 2012</u> Altera a metodologia de cálculo das garantias financeiras associadas ao mercado de curto prazo, estabelece critérios e condições para efetivação de registro de contratos de compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre concessão de prazo excepcional para exportação em regime de drawback de que trata o art. 21 da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 17 DE JANEIRO DE 2013</u> Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para o processo de revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEP) <u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2013(*)</u> [...] Art. 1º - Esta Orientação Normativa tem o objetivo de orientar os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos procedimentos relativos à atualização cadastral dos aposentados e pensionistas da União, bem como dos anistiados políticos civis e seus pensionistas. [...] (*) <i>Republicada por ter saído no DOU de 11-1-2013, Seção 1, página 56, com incorreção no original.</i></p>
<p>Ministério dos Transportes (MT)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO Nº 3.880, DE 10 DE JANEIRO DE 2013</u> Autoriza o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros da Estrada de Ferro Carajás, correspondente ao período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.</p>
<p>Poder Judiciário</p>	<p>ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS → Conselho Federal de Química (CFQ) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 249, DE 17 DE JANEIRO DE 2013</u> Regulamenta o registro, nos CROs, dos Laboratórios que procedem as análises físicoquímicas de Biodiesel.</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 3, DE 11 DE JANEIRO DE 2013</u> Institui o grupo responsável por prestar auxílio jurídico ao GEOLIMPÍADAS, e aos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta responsáveis pela execução de ações</p>

	<p>relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Propõe a Excelentíssima Senhora Presidenta da República a edição de decreto autorizando a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim, localizado no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado nos municípios de Confins e de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) –Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>PORTARIA Nº 144, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> [...] Art. 1º Excluir o aeródromo abaixo do cadastro, fechando-o ao tráfego aéreo: I - denominação: Aeródromo Público de Itu [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 260, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Declara a inaplicabilidade da Portaria nº 453/GM5, de 2 de agosto de 1991, revoga as Portarias nºs 494/DGAC, de 26 de março de 2003, e 1.144/DGAC, de 10 de novembro de 2004, e dá outras providências. [...] Art. 1º No exercício da competência da ANAC de coordenação do Sistema de Segurança de Voo da Aviação Civil [...]</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>19/01/2013</p>	<p><u>DECRETO Nº 58.850, DE 18 DE JANEIRO DE 2013</u> Cria e organiza, no Gabinete do Governador, a Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, transfere as unidades que especifica e dá providências correlatas</p>
<p>18/01/2013</p>	<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.195, DE 17 DE JANEIRO DE 2013 Transforma o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN em autarquia, e dá providências correlatas D.O.E., Seção I, 18/01/2013, p. 1</p> <p><u>DECRETO Nº 58.849, DE 17 DE JANEIRO DE 2013</u> Regulamenta a Lei nº 14.686, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional habilitado em reanimação neonatal na sala de parto de hospitais, clínicas e unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 2012 São Paulo, 17 de janeiro de 2013</p>

	<p>A-nº 002/2013 [...] De minha iniciativa, a propositura tem por objetivo transformar o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN em autarquia, e dá providências correlatas [...] O texto por mim encaminhado sofreu modificações provenientes da aprovação das emendas nºs 12 e 13, da emenda apresentada no Parecer nº 1.790, de 2012, do Relator Especial em substituição ao da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da emenda aglutinativa nº 18, oferecidas por ilustres representantes dessa Casa Legislativa. Em que pese, todavia, o apreço que sempre dispensei às judiciosas intervenções desse Parlamento, buscando aprimorar as propostas oriundas do Poder Executivo, não posso acolher integralmente as aludidas alterações, fazendo recair o veto sobre os §§ 2º e 3º do artigo 4º, bem como sobre o inciso II do artigo 12, por incidirem em irremissível vício de inconstitucionalidade [...] D.O.E., Seção I, 18/01/2013, p. 3</p>
<p>16/01/2013</p>	<p><u>DECRETO Nº 58.846, DE 15 DE JANEIRO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
<p>15/01/2013</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.194, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica</p> <p><u>LEI Nº 14.945, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007</p> <p>RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 12-1-2013 <u>DECRETO Nº 58.841, DE 11 DE JANEIRO DE 2013</u> Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2013 e dá providências correlatas No referendo leia como segue e não como constou: Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 2013 GERALDO ALCKMIN Andrea Sandro Calabi Secretário da Fazenda Julio Francisco Semeghini Neto Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional Edson Aparecido dos Santos Secretário-Chefe da Casa Civil Publicado na Casa Civil, aos 11 de janeiro de 2013 D.O.E., Seção I, 15/01/2013, p. 1</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 718, DE 2011 São Paulo, 14 de janeiro de 2013 A-nº 001/2013 [...] De origem parlamentar, a propositura tem por objetivo denominar “Dr. Abdalla Haddad” a sede do Ministério Público</p>

	do Estado de São Paulo localizada no Município de Ibitinga [...] D.O.E., Seção I, 15/01/2013, p. 1
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL (FUNAP) <u>PORTARIA DIREX - 3, DE 14-01-2013</u> Modifica a NPO-007/2009 - Norma de Procedimento Operacional, que regulamenta a contratação, a jornada de trabalho e a bolsa paga aos presos vinculados ao Programa de Profissionalização desenvolvido por esta Fundação, para atualizar o valor da bolsa</p> <p><u>PORTARIA DIREX - 2, DE 16-01-2013</u> Modifica a NPO-002/2009 - Norma de Procedimento Operacional, que regulamenta a contratação, a jornada de trabalho e a bolsa paga aos presos vinculados ao Programa de Profissionalização desenvolvido por esta Fundação</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SE/SAP - 1, DE 16-1-2013</u> Dispõe sobre a oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, a jovens e adultos que se encontrem em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p>
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (CDA) <u>PORTARIA CDA Nº 02, DE 11-1-2013</u> Estabelece os valores das taxas de vigilância epidemiológica, em reais, para o exercício de 2013</p>
Casa Civil (CC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CC-6, DE 14-1-2013</u> Dispõe sobre a complementação dos dispositivos do Dec. 57.501-2011, que institui o Cadastro Estadual de Entidades - CEE, no âmbito do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, e cria o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE, sob a responsabilidade da Corregedoria Geral da Administração</p>
Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E CONVÊNIOS (CAF) <u>PORTARIA CONJUNTA CAF/CAS- 001, DE 17-01-2013</u> Dispõe sobre os instrumentais a serem utilizados no Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo a Fundo.</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SE 4, DE 18-01-2013</u> Dispõe sobre a oferta de curso médio técnico, na modalidade integrada, de que trata a Resolução SE 78, de 30.7.2012</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 3, DE 18-01-2013</u></p>

	<p>Dispõe sobre mecanismos de apoio à gestão pedagógica da escola para implementação de ações estabelecidas pelo Programa Educação - Compromisso de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 2, DE 18-1-2013</u> Dispõe sobre a reorganização curricular do ensino fundamental, na Escola de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 1, DE 14-1-2013</u> Institui o Programa de Inspeções Médicas, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas</p>
<p>Energia (SEE)</p>	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 395, DE 4-1-2013</u> Dispõe sobre o Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas Regulatório para Empresas do Setor de Saneamento no Estado de São Paulo, reguladas pela ARSESP</p>
<p>Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)</p>	<p>COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL) <u>PORTARIA G-CEL-14, DE 18-1-2013</u> Regulamento da XIV Copa de Handebol do Estado de São Paulo</p> <p><u>PORTARIA G- CEL-13, DE 18-1-2013</u> Regulamento da III Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo</p> <p><u>PORTARIA G-CEL-12, DE 18-1-2013</u> Copa Estadual de Ginástica Artística [...] Artigo 1º - A Copa Estadual de Ginástica Artística tem por objetivo divulgar, aprimorar e difundir a modalidade no Estado de São Paulo, valorizando assim a frequência e o conseqüente aproveitamento escolar dos estudantes do ensino fundamental e médio através da prática do esporte [...]</p> <p><u>PORTARIA G-CEL-11, DE 18-1-2013</u> VI Copa de Ginástica Rítmica [...] Artigo 1º - A VI Copa de Ginástica Rítmica tem como objetivo divulgar, aprimorar e difundir a modalidade no Estado de São Paulo,valorizando assim a frequência e o conseqüente aproveitamento escolar das estudantes do ensino fundamental e médio através da pratica do esporte [...]</p> <p><u>PORTARIA G-CEL-10, DE 18-1-2013</u> XXV - Ginastrada - Festival de Ginástica e Dança [...] Artigo 1º - A XXV Ginastrada - Festival de Ginástica e Dança, tem por objetivos oferecer oportunidades para a apresentação de grupos organizados e praticantes das mais diferentes formas de ginástica e dança contribuindo para o aprimoramento das atividades desenvolvidas, bem como a divulgação dos conhecimentos técnicos da área [...]</p>

<p>Fazenda (SF)</p>	<p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CONJUNTA CAT/CAF-1, DE 17-01-2013</u> Altera a Portaria CAT/CAF-2, de 18-08-2011</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF/APE 416, DE 17-01-2013</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF/APE 415, DE 17-1-2013</u> O Secretário da Fazenda Aprova os índices e observações do Comunicado 539 da Assessoria de Política Econômica de 17-01-2013, que fazem parte integrante desta Resolução. [...] Índices de Preços da Construção Civil e dos Serviços Gerais com Predominância de Mão de Obra de qualquer natureza, processados até o mês de Dezembro de 2012 [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 06, DE 17-01-2013</u> Cria o Núcleo Administrativo Estadual e dá outras providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 05, DE 16-01-2013</u> Dispõe sobre a instituição de Equipes de Gestão da Estratégia nas coordenadorias e no Gabinete do Secretário – GS da Secretaria da Fazenda</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 04, DE 15-01-2013</u> Altera a Resolução SF 56/09, de 31-8-2009, que disciplina o cálculo do crédito a ser atribuído ao consumidor para fins do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 03, DE 15-01-2013</u> Altera a Resolução SF 106/10, de 25-10-2010, que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis à fiscalização da Secretaria da Fazenda no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.</p>
<p>Gestão Pública (SGP)</p>	<p>INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) <u>PORTARIA IAMSPE 07, DE 18-01-2013</u> [...] Artigo 1º - Constituir Grupo de Trabalho com o objetivo de propor medidas necessárias para a implementação do Processo de Avaliação, observados os fatores de produtividade, grau de resolutividade, assiduidade, qualidade dos trabalhos prestados e de responsabilidade e eficiência na execução das atividades [...]</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SMA-004, DE 17-12-2013</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho, visando a selecionar propostas de projetos de despoluição das águas do Rio Pinheiros que sejam passíveis de teste em escala piloto</p>

<p>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</p>	<p>COORDENADORIA DE ORÇAMENTO (CO) <u>PORTARIA CONJUNTA CAF-CEDC-CO-CPA 1, DE 14-1-2013</u> Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2013.</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN/SP 121, DE 17-1-2013</u> Altera a redação da Portaria DETRAN 1.137/2012 e dá providências correlatas</p> <p><u>PORTARIA DETRAN Nº 141, DE 14-1-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de janeiro de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO <u>COMUNICADO PGE-1, DE 18-1-2013</u> O Procurador Geral do Estado Adjunto, respondendo pelo Expediente da Procuradoria Geral do Estado, faz saber que os informes de rendimentos relativos a obrigações de pequeno valor pagas pela Fazenda do Estado no exercício de 2012 (a serem utilizados na declaração de ajuste anual do imposto de renda do ano-calendário de 2013), encontram-se à disposição na internet no endereço "www.pge.sp.gov.br", podendo também ser retirados pelos interessados ou por seus procuradores na sede da Procuradoria Geral do Estado, localizada na Rua Pamplona nº 227, 14º andar, São Paulo/SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 10 às 13h e das 14 às 17h.</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) –Centro de Vigilância Sanitária (CVS) <u>RETIFICAÇÃO DA PORTARIA CVS 4, DE 21/3/2011, RETIFICADA EM 31/3/2011</u> PORTARIA CVS Nº 04, 21 de março de 2011. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SEVISA), define o Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS) e os procedimentos administrativos a serem adotados pelas equipes estaduais e municipais de vigilância sanitária no estado de São Paulo e dá outras providências</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSP Nº 7, DE 18-1-2013</u> Institui Grupo de Trabalho com o intuito de conceber e implementar um Plano de Segurança para gestão de informações e aprimoramento do Banco de Dados pertencente à Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública</p> <p>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) <u>PORTARIA DSPL Nº 92, DE 28-11-2012</u> Instala e regulamenta funcionamento do Núcleo Especial Criminal – NECRIM. no município de Limeira</p>

<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO COCEX 6489, DE 11-1-2013</u> Estabelece normas para criação e funcionamento de Empresas Juniores no âmbito da Universidade de São Paulo.</p> <p><u>RESOLUÇÃO 6487, DE 9-1-2013</u> Regulamenta o procedimento de solicitação, aprovação e cadastro da vinculação docente subsidiária, nos termos do art. 130-A do Regimento Geral</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>17/01/2013</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS COMUNICADO GP Nº 01/2013 Processo Eletrônico – e-TCESP O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Renato Martins Costa, visando à continuidade do cronograma de implantação do Processo Eletrônico e, conforme estabelecido no artigo 31 da Resolução nº 01/2011, comunica a todos interessados que, em 21/01/2013, estará disponível nova versão do sistema e-TCESP objetivando a inclusão dos processos de ATOS DE PESSOAL. Somente serão cadastrados no sistema eletrônico as Contratações por Prazo Determinado, os Atos de Aposentadoria, Reforma e Pensão efetivados a partir do exercício de 2012.[...] GP, 16 de janeiro de 2013. RENATO MARTINS COSTA PRESIDENTE DO Legislativo, 17/01/2013, p. 7</p>
<p>15/01/2013</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS <u>COMUNICADO SDG Nº 02/2013</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo divulga aos órgãos jurisdicionados da área municipal o calendário * de obrigações para 2013 necessárias ao atendimento das exigências da AUDESP, salientando por oportuno, que alguns prazos previstos no mesmo foram adequados em função da implantação da Estrutura de Códigos AUDESP adaptada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. SDG, 11 de janeiro de 2013. SÉRGIO DE CASTRO JR. SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL SUBSTITUTO *Disponível no sítio eletrônico do TCE/SP</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>19/01/2013</p>	<p><u>DECRETO Nº 53.700, DE 18 DE JANEIRO DE 2013</u> Declara nulo o <u>Decreto nº 53.682, de 28 de dezembro de 2012</u>, que extinguiu o Departamento de Limpeza Urbana – LIMPURB, da Secretaria Municipal de Serviços, e os respectivos cargos de provimento em comissão; dispõe sobre o efetivo funcionamento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB.</p>

	<p><u>DECRETO Nº 53.699, DE 18 DE JANEIRO DE 2013</u> Confere nova redação ao “caput” do artigo 1º do Decreto nº 52.064, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o cumprimento do regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.</p>
17/01/2013	<p><u>DECRETO Nº 53.697, DE 16 DE JANEIRO DE 2013</u> Dispõe sobre a instituição, composição e funcionamento do Comitê Integrado de Gestão Governamental Especial para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 – SPCOPA.</p>
15/01/2013	<p><u>DECRETO Nº 53.695, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Confere nova redação ao “caput” do artigo 3º do Decreto nº 53.064, de 3 de abril de 2012, modificado pelo Decreto nº 53.550, de 21 de novembro de 2012, para o fim de alterar a Presidência do Comitê de Candidatura São Paulo - Expo 2020.</p> <p><u>DECRETO Nº 53.694, DE 14 DE JANEIRO DE 2013</u> Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2013.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.